

Caderno de Apoio

Oficina de Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia

**Segunda Etapa: Oficinas Locais de Sistematização
Janeiro – Maio de 2017**



Conteúdo

Contextualização	3
Objetivos da Oficina.....	4
Sobre o Projeto de Sistematização.....	4
Sobre a ABA-Agroecologia.....	6
Textos de Apoio	7
a. Sistematizando: Juntando cacos, construindo vitrais	7
b. Como sistematizar?.....	19
Plano de Sistematização.....	22
Anexo 1. Matriz de Sistematização das Experiências Educativas....	23
Onde encontrar materiais sobre sistematização de experiências?	27
Referências Bibliográficas:	28

Contextualização

Durante os seminários regionais de Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia, foram definidos os **3 núcleos de cada** uma das regiões brasileiras que terão seus processos de sistematização acompanhados pela ABA-Agroecologia e/ou pelas Redes Regionais de NEAs (em alguns casos). Especificamente no nordeste foram definidos 4 NEAs, assim, contaremos com a **participação direta** de 16 NEAs. Esses núcleos foram definidos a partir de diferentes critérios, entre eles foram marcantes a: diversidade de práticas desenvolvidas, abordagem de temáticas prioritárias para as regiões, distribuição territorial, disponibilidade para construir e as possibilidades de prazo existentes, processos autônomos de sistematização.

Na fase atual do projeto serão **realizadas 16 oficinas de sistematização** de experiências, sendo uma por núcleo, com o objetivo de acompanhar e aprofundar os processos em curso, além de planejar os próximos passos da sistematização de cada um dos NEAs rumo ao 10º Congresso Brasileiro de Agroecologia (12 a 15 de setembro de 2016).

Os 16 **NEAs estão construindo seu próprio processo de sistematização** de experiências pelas suas próprias equipes. Assim, **cada NEA definirá seu próprio percurso e o produto final esperado** para a sistematização, além da publicação em uma edição especial da Revista Brasileira de Agroecologia (RBA), produto acordado inicialmente com todos os NEAs e compromisso coletivo com o projeto.

As oficinas têm previsão para acontecer no período de janeiro a março de 2017. Estas atividades serão custeadas pelo projeto de Sistematização da ABA em parceria com os NEAs e parceiros locais, como acordado durante os seminários regionais. As oficinas contarão com a presença de uma pessoa vinculada à coordenação do projeto e dos membros da direção ampliada da ABA nas regiões para facilitar processos reflexivos, pois consideramos que cada NEA irá planejar e realizar sua própria sistematização.

Espera-se que na sistematização das experiências dos NEAs seja analisado como se dá o **processo de construção do conhecimento agroecológico**, valorizando a pluralidade de metodologias que caracteriza as práticas em curso no desenvolvimento das atividades. Dessa forma, os NEAs contribuirão com reflexões sob a indissociabilidade entre ensino, à pesquisa e a extensão rural. Ao mesmo tempo, espera-se identificar lições que apontem para a proposição e reformulação de políticas públicas de construção do conhecimento agroecológico, para o aperfeiçoamento das chamadas públicas de Agroecologia e para o aprimoramento e ampliação da Agroecologia.

Esperamos que a oficina seja mais um espaço de fortalecimento e aprendizados.

Coordenação do Projeto de Sistematização

Objetivos da Oficina

- Dar continuidade a **formação em sistematização de experiências** a partir da experiência de planejamento do processo de sistematização do NEA que acolhe a oficina.
- Elaborar **plano de sistematização do NEA** tendo em vista a construção dos produtos finais esperados ao final do processo: artigo (em formato de narrativa) para a edição especial da Revista Brasileira de Agroecologia (RBA).
- Planejar **coletivamente outros produtos de comunicação** do processo de sistematização definidos pelos NEAs.
- **Fortalecer processos de articulação** regionais e estaduais.
- **Possibilitar espaços de articulação e planejamento regional** rumo ao 10º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA).

Sobre o Projeto de Sistematização

Projeto “Sistematização de experiências”: construção e socialização de conhecimentos – o protagonismo dos Núcleos e Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia das universidades públicas brasileiras

O projeto “Sistematização de experiências: construção e socialização de conhecimentos – o protagonismo dos Núcleos e Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia das universidades públicas brasileiras” é uma iniciativa nacional proposta pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) que tem como objetivo fortalecer processos de construção participativa e socialização de conhecimentos agroecológicos. Com duração prevista de 24 meses, o projeto teve início em setembro de 2015 e tem previsão de término em outubro de 2017, sendo apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo CNPq.

Quais são seus objetivos?

O projeto tem como objetivo principal analisar as práticas de construção do conhecimento agroecológico dos Núcleos (NEAs) e Redes de Núcleos (R-NEAs) de Estudos em Agroecologia vinculados à Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq N° 81/2013, por meio da sistematização participativa de suas experiências, além da formação em Agroecologia, da articulação de instituições e pessoas vinculadas a processos de construção de conhecimento agroecológico e de comunicação.

O desafio é extrair lições que apontem à proposição e reformulação de políticas públicas vinculadas à construção do conhecimento agroecológico, contribuir para o aperfeiçoamento das chamadas públicas de Agroecologia e para o aprimoramento e ampliação da Agroecologia. Para a Irene Cardoso, da direção da ABA, “este projeto foi assumido por entendermos que ele irá fortalecer as políticas públicas de construção dos núcleos,

compreendidos como uma das novidades metodológicas recentes na construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. São também estratégicos do ponto de vista da construção política da agroecologia, em especial, por reforçarem a dimensão científica da agroecologia”.

O QUE É SISTEMATIZAÇÃO E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA OS NEAS?



Sobre a ABA-Agroecologia

A Associação Brasileira de Agroecologia reúne profissionais e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento. Desde sua criação, a ABA-Agroecologia vem realizando e apoiando ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico. Os esforços da ABA-Agroecologia têm sido o de apoiar e organizar eventos de socialização de conhecimentos; estimular a participação de profissionais que se dedicam a este enfoque; manter publicações para a divulgação científica e técnica; dialogar com a sociedade para despertar o interesse por questões de caráter socioambiental; analisar e propor políticas públicas coerentes com os desafios contemporâneos; e, defender a proteção da biodiversidade como condição indispensável para o alcance de agroecossistemas sustentáveis.

Para isto, a ABA-Agroecologia tem contado com quatro Grupos de Trabalho (GT) que mantém atividades permanentes nos temas relacionados à associação, são eles: GT de Educação em Agroecologia; GT de Gênero; GT de Agrotóxicos e Transgênicos; e GT da Construção do Conhecimento.

A ABA-Agroecologia também participa de importantes espaços de debate público como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Fórum de Agroecologia da Embrapa; o Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (Condraf); a Comissão Nacional de Sistemas Orgânicos de Produção; a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); a Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) – responsável pela elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Além de ser parceria da Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA).

Por fim, para a associação, Agroecologia é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico – adotando o agroecossistema como unidade de análise – apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável.

Textos de Apoio

Sistematizando: Juntando cacos, construindo vitrais

Elza Maria Fonseca Falkembach - Professora do Departamento de Pedagogia da UNIJUI/RS e Educadora Popular

ONDE leria o meu QUANDO?
QUEM leria o meu COMO?
COMO escrever o meu ONDE?
QUANDO escrever o meu QUEM?
(Sant'anna, 1987: 266)

Assim como o poeta, o povo... Encoberto pela história – a oficialmente contada e estudada –, para expressar o seu quem, o seu quando, o onde e o como do seu próprio viver, tem de criar seus meios. Necessita construir instrumentos para contar e cantar os seus pensares, seus processos compartilhados, objetivações do dia-a-dia, emoções.

Cacos de mim.
Cacos do não.
Cacos do sim.
Cacos do antes.
Cacos do fim (: 540).

Experiências radicais de ser, carregadas de sabedoria e lida, precisam virar letra, palavra e página para compor história. Para não se perderem em cacos – de mim, de nós, de vida –, precisam ser registradas. Para se constituírem em cenário humano e rumo, significando o estar no mundo, necessitam de reflexão...

Sistematização: assim vejo/vemos, assim quero/queremos. Um instrumento; uma possibilidade; ferramenta apropriada e apropriável para a recuperação e reflexão do viver compartilhado; que faz deste viver, objeto de investigação; espaço de discussão e aprendizagem; e produção de conhecimento que se apóia no confronto de argumentos que as experiências do viver sustentam e dialetizam.

Sistematização,
Juntando cacos,
Construindo vitrais...
(parafraseando Adélia Prado, 1991).

SISTEMATIZAÇÃO: PROCESSO DE FORMAÇÃO

A formação em sistematização não é um processo educativo qualquer. Por isso mesmo acaba um tanto elitizado, pois não são muitos os que se dispõem a escancarar sua prática social, na busca de melhor compreendê-la e fazê-la compreendida por outros. E aprender a sistematizar não se desvincula do ato de fazê-lo, de aprender fazendo, mas num desencadear de atos de caráter eminentemente reflexivo. A sua prática, a minha prática, a própria experiência é o que se coloca como objeto de resgate e reflexão. Portanto, é sobre algo meu, seu, nosso que se coloca a possibilidade de desvendar e tornar públicos equívocos, incorreções, debilidades, contradições ao lado do que consideramos acertos e sucessos também alcançados. E mais: se a sistematização se faz para aprendermos com nossas experiências e para melhorá-las, significa que o processo pressupõe mudanças. Mudanças que vão implicar ganhos que, necessariamente, pressupõem perdas; as perdas que, das escolhas, decorrem. Portanto, fazer sistematização é colocar-se em situação de aprendizagem frente a esse fazer; é predispor-se a circular, conscientemente e inconscientemente, entre os limites do novo e do já vivido.

JUNTAR CACOS

Quando associo sistematização ao juntar de cacos, não quero desmerecer nossas práticas de educação popular. Não quero dizer que seus elementos carecem de importância ou significação. Pretendo, pelo contrário, mostrar como esses elementos se necessitam e são necessários ao todo. Desejo evidenciar a capacidade que têm de tecer algo que os supera. De ressaltar a potencialidade que têm os processos reflexivos coletivos intencionados – que acontecem sobre práticas sociais concretas – de decompô-las em seus elementos mais simples e de chegar a sínteses que as elevam; de sínteses que desenham cenários; de composições que correspondem ao criar vitrais.

Procuro, também com isso, associar o ato/processo reflexivo à criação artística e, então, ressaltar que ambos podem ter a capacidade de jogar, a nós, homens e mulheres dessas práticas sociais concretas, na luta diária, para além da busca da auto-conservação. Levam-nos a mais e levam-nos a ser mais, se entramos, de fato, inteiros, nesses processos. Levam-nos a atos que desenham, antecipadamente, os nossos como, onde, quando e quem...

É por aí que situamos o potencial que atribuímos à sistematização, de contribuir para que os sujeitos da educação popular assumam a discussão e construção do novo – parcial, porém, amplo e estratégico – desde a singularidade de suas práticas e do seu eu/outro relacionais e também singulares; a discussão e construção de um projeto político que, ao invés de aprisionar os sujeitos sociais e históricos e limitar suas aventuras humanas, corresponda a uma abertura à construção e à realização de novos cenários sociais e novos sujeitos; a discussão e participação na construção de um referencial político que possa sintetizar e provocar a realidade social, mas também sintetizar e expressar vontades e projetos humanos – de mulheres e homens concretos.

CONSTRUIR VITRAIS: UM PROCESSO RADICAL

O recuperar refletindo, o descrever relacionando, o perguntar centrado num foco que demarca o que mais se quer conhecer, o argumentar com outros, ouvir suas razões, contrapô-las com as próprias, o discutir para melhor entender, leva-nos a uma vinculação diferenciada com nossas práticas e também com o mundo. Instala-se em nós, mulheres e homens envolvidos com a sistematização de suas experiências, um processo perpassado por uma curiosidade interessada e pela inquietação do pensamento compartilhado. Um processo que tem a capacidade de fazer nossa visão penetrável também à não aparência da coisa; capaz de levar-nos aos avessos das nossas práticas; à busca de compreender os seus porquês e refletir sobre as conseqüências que poderão engendrar.

Se conseguirmos trabalhar a sistematização dessa forma, ela não será uma atividade qualquer. Poderá constituir-se num processo capaz de elevar nossa consciência do estar na prática e do estar no mundo. Um processo capaz de criar, em nós, sensação de deleite, em razão da maior compreensão que passamos a ter dessa prática, da sua relação com o contexto. Mas, ao mesmo tempo, um estado de desconforto, dado que dificilmente nossas experiências estão isentas de contradições, como também é pouco provável que não estejam assaz idealizadas as imagens que construímos dos possíveis efeitos dessas mesmas práticas sobre o seu contexto.

Esta não deixa de ser uma sensação que nos leva a pensar em mudanças, creio eu. E mudanças desde os avessos, pois estes é que foram tocados, remexidos, transformados em objeto de estudo. Acredito ser difícil conviver, por muito tempo e de forma consciente, com as próprias debilidades, com as que estão presentes em nossas práticas e nas relações que mantemos a partir delas – nós, indivíduos e grupos, nos dando conta e compartilhando com outros o mal-estar dessa convivência, o nosso mal-estar.

É óbvio que à minha argumentação subjaz a crença na razão. Ainda não enterrei a modernidade. Por isso mesmo, acredito no desconforto pedagógico que a sistematização pode instalar. Desconforto prenhe da necessidade do mais: da (re)visão de rumos, do (re)traçado de caminhos, da (re)organização de processos. E não isento de provocações mais radicais: a (re)visão de sentidos, a (re)significação das nossas práticas e do nosso estar no mundo.

Antevejo, nesse instrumento da educação popular – a sistematização –, a possibilidade de propiciar aos sujeitos do processo, educadores e educandos, um grande salto: além de viabilizar o conhecer mais e o conhecer desde um lugar – a prática – que é a mediação da minha relação, da sua relação, da nossa relação com o mundo; de favorecer a “consciência-do-estar-sendo”, um processo de sistematização, vivenciado radicalmente, vai além. Proporciona àqueles que o integram a oportunidade de assumirem uma “relação consciente” – desde a prática – com o mundo: traçando rumos a partir do conhecido, escolhendo caminhos referenciados ao aprendido, comunicando e submetendo à crítica o processo então percorrido (Heller, 1991a: 31). Caminhos idealizados desde este mal-estar.

Quando exponho as potencialidades da sistematização, não quero omitir o seu oposto, também possível: o afundar da esperança mediante a imperfeição do nosso agir coletivo e frente aos equívocos das inserções que vier a mediar. Esse é o lado cinzento do processo, com o qual também temos de conviver.

Mas, voltemos ao desconforto pedagógico a que anteriormente me referi. Esse mal estar que antecede e perpassa os processos de sistematização se assemelha muito ao clima de radicalidade que antecede e perpassa a produção artística. Em ambas situações o sujeito é levado a esbarrar-se nos seus limites e é ao deparar-se com eles que o novo passa a despontar. É esse clima de envolvimento, é essa relação radical com o próprio objeto de criação que me leva a associar a produção de conhecimentos na sistematização à construção de vitrais.

É, também, esta situação limite, experimentada por mulheres e homens que se permitem o envolvimento com processos criativos, de qualquer natureza, que os leva à maturidade, ao (re)nascimento – em nós e desde nós – de singulares vitrais.

SUJEITO E OBJETO: UMA RELAÇÃO

Como vem sendo demonstrado na sistematização de práticas de educação popular, integrando a relação radical e desafiadora que se estabelece entre sujeitos e destes com seu objeto de conhecimento e ação, instalam-se processos pautados pela dinâmica da “desconstrução e reconstrução” (Mejía, 1995).

Mas estes são processos permeáveis à participação de cada um, a seu modo e de acordo com as exigências da prática. Experimenta-se algo semelhante a uma explosão da prática com o conseqüente arremesso de estilhaços a direções diversas. Estilhaços que tocam os sujeitos tão mais profundamente quanto mais próximos e envolvidos estiverem com seu objeto de ação. Por sua vez, essa prática, desmanchada em partes, desfeita em cacos, poderá se (re)compor, através de trabalho (re)construtivo dos próprios sujeitos, quando cada qual participa, na medida das suas possibilidades e compromisso, da recontextualização e aferição de rumos de suas experiências de intervenção sobre o social. Assim, vai se gestando o novo na prática e nos sujeitos, homens e mulheres que a constituem.

Mas este não é um processo mecânico que leva sempre a um fim feliz. A desintegração pode ser maior do que as forças de (re)composição. Mas os sujeitos que participam dessa aventura já não serão os mesmos...

Formar em sistematização significa tirar partido dessa relação que descrevemos. Significa fazer dos processos de sistematização espaços educativos e acompanhá-los em sua dinâmica, intervindo pedagogicamente. Significa, também, encontrar momentos para propiciar, aos sujeitos, fugas efêmeras, mas planejadas, das práticas-em-si para

participarem de reflexões mais abstratas e densas; para desenvolverem estudos e discussões centrados nos métodos adotados e/ou possíveis de serem usados na sistematização, em conteúdos teóricos apontados pelas experiências que estiverem sendo sistematizadas; e, também, para participarem de reflexões, de cunho epistemológico e filosófico, capazes de colocar métodos e conteúdos sob questionamento.

Estes são os momentos dos cursos, das oficinas, dos dias de estudos, atividades que, se bem dosadas e planejadas, são de grande valia aos processos de formação para a sistematização e para a re-conceituação na educação popular.

Embora essas atividades privilegiem a reflexão, elas não fragmentam o processo formativo. É interessante, inclusive, que não subtraiam os sujeitos de seu lugar de referência: que se mantenham referenciando às objetivações sociais dos mesmos. Espera-se, sim, que possibilitem as referidas fugas efêmeras, necessárias a um distanciamento reflexivo do objeto de conhecimento e ação; um elevar-se da prática mesma, para que os sujeitos entrem no mundo dos conceitos, das teorias, dos métodos e das bases filosóficas e epistemológicas que os sustentam. Estas atividades ou eventos podem contribuir para que os sujeitos passem a assumir atitude reflexiva frente à sua intervenção intencionada sobre o real, mas também frente às suas objetivações nas diversas esferas do social, desde o seu cotidiano, espaço de relações e aprendizagens primárias, “da linguagem ordinária, dos usos e costumes, bem como da utilização dos objetos” (Carone, [199]:6)

SUJEITOS: QUEM SÃO?

Nos caminhos que vimos percorrendo, com nosso processo de formação para a sistematização, tem se cruzado uma diversidade muito grande de sujeitos, mulheres e homens com experiências de integração social que nos encantam e ao mesmo tempo nos atemorizam, pela sua pluralidade e radicalidade social. Essas características vêm desafiando a nossa competência e criatividade, pois somos levados a lidar com coletivos heterogêneos, cujas práticas envolvem amplo raio de conteúdos teóricos e de desenhos metodológicos. Outrossim, têm demandado atenção especial à questão pedagógica, no sentido de facilitar a explicitação das expectativas, das motivações dos sujeitos, como também dos valores que pautam o seu agir, o que contribui para que façamos de nossos processos educativos espaços menos duros, abertos à manifestação das subjetividades e propícios à reunião também daqueles cacos que, antes, desprezávamos devido ao seu caráter menos objetivo.

Trabalhamos a formação em sistematização com militantes de movimentos sociais, com educadores populares e técnicos de ONGs e Universidades – que prestam assessoria a esses movimentos – e com professores de escolas públicas de primeiro e segundo graus. Se vamos analisar esses sujeitos quanto à questão do conhecimento, vamos perceber que não é somente a quantidade de escolarização que os torna, assim, plurais, mas as formas de acesso a esse conhecimento e a relação que mantêm com o mesmo. Há diversidade,

inclusive, quanto ao lugar ocupado pelo conhecimento na hierarquia de valores que pauta o agir dos mesmos.

Contudo há pontos que unem a maioria deles: a inconformidade com a alienação estrutural decorrente do modo de organização da produção capitalista e de suas inserções nesta; a conseqüente necessidade de fazer de sua prática elemento de rompimento com essa alienação estrutural; o desejo de realizar leituras teóricas das práticas para identificar as contradições, saber do alcance das mesmas e buscar maior coerência e eficiência no seu agir intencionado; e a necessidade de, no bojo dessas objetivações, fazer a discussão e contribuir para a construção de um projeto de sociedade que possibilite essas ultrapassagens.

Outro elemento que caracteriza os sujeitos com quem trabalhamos “é sua formação pautada pelo paradigma da racionalidade, na versão do materialismo histórico e materialismo dialético, como opção, e, na versão do positivismo, como presença hegemônica na base desta formação. Levam, portanto, esta característica (predominância do racional) à organização e orientação das suas práticas sociais e, do mesmo modo, à concepção e condução (ou expectativa da condução) das suas experiências de sistematização” (Falkembach, 1996: 13). Essa característica estende-se também a nós, responsáveis pela coordenação e assessoria aos processos de sistematização.

CONJUGANDO SISTEMATIZAÇÃO, PEDAGOGIA E REFUNDAMENTAÇÃO

As experiências que vimos construindo historicamente, no campo da educação popular, têm nos mantido, sem muitas exceções, em íntima convivência com o ativismo. As demandas de trabalho são imensas, os conteúdos dessas demandas são demasiadamente amplos e de larga importância estratégica para o campo popular e as nossas debilidades institucionais e pessoais são, também, inumeráveis. Raramente nos damos o direito ao ócio criativo tão necessário à produção de conhecimentos.

No entanto temos de encontrar caminhos para romper tensões como esta. No caso da formação para a sistematização, estamos nos limitando a algumas prioridades.

Falar e agir a partir de prioridades corresponde a uma forma penosa de estar no mundo, pois exige escolhas, às quais seguem indigestas perdas, como já nos referimos. Mas, ainda, não encontramos outros caminhos para enfrentarmos essas questões. Admitimos que as consultas dirigidas aos nossos parceiros, a discussão sistemática, a procura de consensos em torno de eixos temáticos, a eleição de prioridades têm-nos ajudado a atribuir maior densidade teórica ao nosso fazer.

As limitações de nossos horizontes de ação a prioridades consensadas produzem, em nós, uma sensação de responsabilidade compartilhada capaz de nos colocar em atitude de acionar a imaginação para criarmos processos que façam nossos recursos se multiplicarem, de modo a nos permitir a construção de nossos trabalhosos vitrais.

Estamos, no momento, conjugando a formação em sistematização com a discussão da questão pedagógica na educação popular e, ainda, com a refundamentação de processos educativos nesta área. O contexto sócio-político, do qual brotaram essas três grandes frentes de trabalho, pode ser caracterizado pelos seguintes indicadores:

- Vivíamos, no Brasil, momentos pré-eleitorais, em que as forças populares se constituíam em possível alternativa de poder;
- Os movimentos sociais organizados (que participavam do SPEP – Seminário Permanente de Educação Popular, da UNIJUÍ) nos dirigiam a demanda de recuperação e reflexão de suas práticas – sistematização –, de modo a melhor se capacitarem para firmar alianças em suas lutas e, ainda, para que pudessem ter mais fundamentos ao enfrentarem a discussão do projeto político do campo popular;
- Movimentos sociais e ONGs verbalizavam, também, sua necessidade de pedagogizar suas práticas sociais, especialmente as educativas, tornando-as mais incisivas, coerentes e dotadas de maior capacidade para a problematização do pensar dos sujeitos em interação nos seus espaços;
- Universidades se viam ansiosas por aprender com as experiências pedagógicas da educação popular e acreditavam poder contribuir com a discussão da temática;
- Movimentos sociais e ONGs passavam a se perguntar sobre uma pedagogia ou pedagogias mais eficazes, provocadoras, apropriadas ao trabalho com seus integrantes e com os sujeitos sociais não organizados dos tempos pós-modernos, os sujeitos emergentes.

Por sua vez, tanto universidades como ONGs e movimentos sociais, diante da perplexidade mundialmente gerada em razão das transformações do Leste Europeu e do avanço do neoliberalismo, intensificavam sua participação em discussões. Realizavam seminários e produziam e/ou demandavam material para estudo, visando melhor entenderem a dinâmica mundial e o reflexo desta sobre suas vidas. A questão dos paradigmas também se colocava e, com ela, a discussão da necessidade da refundamentação da educação popular. Nosso trabalho de capacitação para a sistematização inaugurou, a partir desse contexto, uma dinâmica renovada, embora não isenta de tensões e dificuldades, mas foi a que consideramos possível.

Realizamos oficinas de sistematização entremeadas com oficinas sobre a questão pedagógica na educação popular, sendo que as primeiras trataram da questão da sistematização, em si: conceitos, objetivos, alcances, produtos, sujeitos de conhecimentos e conhecimentos de sujeitos, participação dos sujeitos, relação entre conhecimento e poder. Seguimos com a apresentação de uma proposta metodológica, recriável de acordo com a singularidade de cada experiência.

As oficinas de pedagogia trataram a questão pedagógica, mas associando-a com a sistematização e a temática que a nova conjuntura mundial introduziu em nossos viveres e pensares. Esta trama se tornou possível através dos eixos temáticos que íamos

elegendo para a sistematização. Cada prática, além do seu eixo temático específico, trabalhava também, como eixo pedagógico, a caixa de ferramentas que mantinha implícita na experiência educativa.

As oficinas pedagógicas chegaram, também, a retirar das práticas singulares, elementos de conteúdo e a tratá-los de forma mais abstrata, desenvolvendo exercícios de atualização e reconceitualização: os conceitos de educação popular, de pedagogia, de sistematização e alguns fundamentos das práticas de educação popular. Esses exercícios não produziam a desvinculação do sujeitos das suas práticas concretas, em processo de sistematização. Pelo contrário, desenvolviam o jogo dialético de ver o conceito na prática e esta no conceito.

No espaço que se estabelecia entre uma oficina e outra, combinávamos tarefas para o grupo em processo de capacitação, tarefas estas que cada participante podia desenvolver entre seus pares, pois às oficinas acorriam apenas um ou dois integrantes de cada experiência.

O acompanhamento ou seguimento – que consideramos necessário, inevitável, fundamental – conseguimos fazer a não muitas experiências. Uma das razões foi a não continuidade de algumas delas, o não cumprimento de tarefas acordadas, a não demanda de assessoria, apesar da convivência com a culpa e com a idealização de um dia para a retomada dos trabalhos. Outra tem sido a falta de capacidade de nossa parte, especialmente decorrente da escassez de recursos e de tempo, de criar uma infraestrutura para a animação e assessoria mais regular aos grupos em processo de formação. Essa infra-estrutura tem sido buscada, mas ainda não conseguimos consolidar uma equipe que possa investir no trabalho mais intensamente.

Acreditamos que uma dinâmica, conforme a que inauguramos, não é tão fácil de se manter, no entanto tem se mostrado coerente com o contexto vivido e demonstrado largo potencial educativo.

Entre a vontade de sistematizar uma prática e a criação de condições para tal, passam rios caudalosos. Além de questões conjunturais como as que enfrentamos, impedindo o desenvolvimento de muitos trabalhos (eleições gerais, com disputa de projetos políticos distintos, lutas específicas de movimentos sociais que acionam também as assessorias, tarefas e burocracia institucional), entram em cena resistências pessoais, institucionais, o exigente cotidiano do educador popular e a dificuldade de conseguirmos recursos financeiros com entradas regulares.

Para enfrentarmos todos esses entraves, temos aliado a discussão política sobre o potencial estratégico da sistematização a questões relacionadas às subjetividades dos educadores e educandos e às culturas institucionais. Tudo isso sem perder de vista o contexto e as armadilhas que nos apresenta a política neoliberal.

Ainda recusamos a hipótese de trabalhar a sistematização num clima paradigmático onde o caos epistemológico possa imperar. Mesmo que tenhamos tranquilidade para conviver

com a diferença e para trabalhar o conhecimento no bojo da discussão ou comunicação argumentada, nossa proposta vai encaminhando os sujeitos da prática a escolhas que referenciem ideais.

Até o momento, não nos demos tempo para a reflexão mais profunda a respeito do conhecimento que vem se produzindo nesse processo. Contudo nossas intuições nos levam a não desqualificá-lo frente a qualquer outro processo celebrado pelo fazer científico de nossa época. Este se coloca como o próximo desafio dos sujeitos que interagem no interior desse processo formativo: nossos assessores, nós – Comitê Executivo do SPEG e Membros do Programa de Apoio à Sistematização do CEAAL – e nossos parceiros, integrantes dos movimentos sociais, ONGs, universidades e comunidades escolares.

ENTENDENDO NOSSOS AVESSOS

A sustentação epistemológica de nossa proposta de sistematização, bem como a proposta, em si, está em dependência do objeto com o qual trabalhamos e dos sujeitos-destinatários da mesma: objeto/sujeito, relação que constitui um movimento com dimensão histórica, uma prática; objeto/tecitura, heterogêneo pela diversidade dos sujeitos que congrega e lhe dão sentido. Sujeitos marcados pelas suas objetivações, capazes de voltarem-se sobre o seu agir, para perceberem-se no seu movimento, identificando os sentidos que denotam ao seu estar-sendo e assumindo o desafio de resignificá-lo; objeto/construído que necessita objetivar-se em discurso – conceitos, relações, sentidos – para tornar-se “meio de investigação do real” (Bruyne, [s.d.]: 50), constantemente referenciado ao objeto/real que o provoca a mais conhecer, porque o transborda em totalidade, e ao objeto/percebido, que lhe atribui sentido; objeto histórico, que “difere, em natureza, do objeto real e, em complexidade, do objeto percebido” (:52), em cujos avessos encontramos objetividade e subjetividade em relação dialética.

Convivemos, nos processos de sistematização, com um ‘trio amoroso’ – objeto/real, objeto/percebido e objeto construído – que nos desinstala a todos, integrantes das práticas e assessores. A necessidade de conhecer, acentuada pelo caráter social desse objeto/sujeito/real, exige rupturas epistemológicas em dois sentidos (Santos, 1989: 31-45) para transformá-lo em objeto de conhecimento, objeto/construído. Ruptura com o senso comum, que tenderá a agarrar-se ao objeto percebido, e com o conhecimento da ciência, que tenderá a apropriar-se do objeto/construído, se não estivermos decididos às rupturas e reflexivamente vigilantes para torná-las possíveis.

Essa nova atitude frente ao conhecimento implica conseqüências muito amplas, especialmente, porque nos encaminha, também, a romper com os paradigmas que, até então, nos permitiam manter, com uma certa segurança, o nosso discurso e a nossa prática.

Em nosso caso, especialmente em relação à sistematização, até recentemente, não tínhamos nos acercado desta questão de forma mais direta e questionadora.

Acreditávamos ter feito uma opção sobre as bases epistemológicas de nossa proposta metodológica que nos exigia novas buscas, mas direcionadas. Vínhamos identificando nossa proposta de sistematização com uma orientação metodológica dialética, protegendo-nos, contudo, do mecanicismo que esta pudesse imprimir às nossas construções teóricas. A questão cultural, que buscávamos na antropologia, era tomada como elemento relativizador do determinismo dos processos sócio-históricos, concorrendo de forma enfática para entendermos os processos interativos e subjetividades dos sujeitos então presentes nas experiências em estudo. Procurávamos não nos estacionarmos no marxismo clássico. Com isso, as contribuições de Gramsci nos deram subsídios para melhor entendermos a relação de unidade entre a teoria e a prática, na teoria da práxis.

Seus conceitos de hegemonia e contra-hegemonia nos instigaram a levantar hipóteses sobre a existência de núcleos, com alto potencial estratégico nos micro-espços do social, sustentáculo de práticas sociais concretas, que processos de sistematização vinham recuperando. Por Agnes Heller começamos a entender a força do cotidiano e a re-fundamentar nossa compreensão sobre esses espaços e sobre os sujeitos sociais que neles vêm conseguindo se expressar. A questão da ética passou a ser melhor compreendida por nós, também a partir das contribuições teóricas dessa filósofa e a ocupar lugar mais significativo em nosso referencial (Heller, 1992: 111-121).

Nosso percurso e nossos recentes encontros teóricos, bem como a preocupação que nos acompanha de manter a coerência pedagógica do nosso trabalho, estão nos dirigindo, hoje, a recusar opções formais e “a priori”. Preferimos esperar que as intencionalidades dos sujeitos e as ênfases dadas por eles, ao abordarem o objeto da sistematização e, também, esse mesmo objeto de sistematização possam ir depurando a linha de pensamento que melhor dê conta de pautar a construção (e conseqüente desconstrução e reconstrução) do objeto. Com essa atitude, crescemos às nossas preocupações, a necessidade de reunir elementos que nos permitam alertar e fornecer subsídios para que essa mesma linha de pensamento se faça presente nos demais momentos reflexivos - operativos da sistematização ou entre em diálogo explícito com outras lógicas que a questionem ou complementem.

Essa atitude, que passamos a manter com o conhecimento, leva-nos a afirmar que, na sistematização, a construção do objeto já demanda análises profundas. São processos que exigem e propiciam as referidas rupturas epistemológicas e que instigam os sujeitos à aprendizagem, na medida em que os mantêm imersos na dialética de modificar o objeto e serem por ele transformados.

A narrativa da prática significa fazer, do objeto, discurso. Discurso que será, tão melhor quanto mais sustente e revele a complexidade de miradas da pluralidade dos sujeitos em debate com as teorias resgatadas no e para o processo de produção de conhecimento.

Discurso que poderá ir traçando percurso social ou perder-se nas contradições da prática e do processo de sistematização, por dificuldades dos sujeitos lidarem com os próprios encontros e rupturas.

Consideramos ser este o momento mais complexo da sistematização. Momento de cruzamentos, em que a teoria vai perguntar à prática e a prática vai dirigir perguntas à teoria. O colocar a prática sob dinâmica de questionamento permanente, na sistematização, elegendo esta atitude como marca da relação sujeito/objeto, já nos assegura a possibilidade de uma construção ou, pelo menos, do projeto de uma construção, projeto para um novo vitral. Como os processos de sistematização são pautados por intencionalidade de caráter mais pragmático, “conhecer a prática para transformá-la”, “conhecer a diversidade de sentidos que os sujeitos atribuem às suas experiências”, “consensar sentidos mediante discussão sistemática da prática, teoricamente fundamentada” e “produzir conhecimento de caráter transformador”, podemos nos enredar nas ciladas do pragmatismo, relegando os momentos de reflexão. Estes são os momentos das perguntas. Perguntas que poderão livrar a prática da mesmice.

São momentos delicados, porque implicam relações de poder, nem sempre explícitas. Relações que podem levar sujeitos e experiências a saltos profundos e que, também, não estão isentas da possibilidade de reforçarem preconceitos e ideologias e da cristalização de posições.

Cada vez mais, acreditamos que a sistematização é um construir constante, que nos despe de nossas certezas, momento a momento. Não quero desenhá-la como processo maniqueísta que nos leva a viver entre o bem e o mal, entre o certo e o erro. Quero, sim, ressaltar o seu potencial de colocar-nos em nossos limites: de conhecimentos, éticos, emotivos e até físicos. Quero demonstrar que a sistematização é um espaço de encontro entre sujeitos plurais, que se congregam por alguma insatisfação, por alguma busca, necessidade, curiosidade. E adiantar que o mínimo que a sistematização poderá fazer é possibilitar que esses sujeitos, em seus processos interativos, expandam essas marcas e, com isso, impulsionem traçados de percursos sociais, do lugar de suas práticas. Que das suas insatisfações, buscas, necessidades, curiosidades, encontrem forças para juntar cacos e construir vitrais. Os vitrais possíveis da sua época, do seu estar no mundo, mesmo sabendo que estarão correndo atrás de suas idealizações.

ALÉM DE VITRAIS, ANÉIS

Para finalizar, gostaria de retomar uma questão que tem sido motivo de muitas discussões entre os que trabalham com sistematização: que tipo de conhecimento estará a sistematização produzindo? Estará, mesmo, produzindo conhecimento? O que diferencia o conhecimento produzido pela sistematização do que a investigação produz? A metáfora do conhecimento nuclear e do conhecimento anular de Agnes Heller (1991b: 24-32) e a reflexão que desencadeia, a partir desta, poderão contribuir com nossa

discussão, mantendo-a, contudo, aberta. A autora entende conhecimento nuclear como aquele que teríamos boas razões para acreditar que qualquer pessoa chegará a ele, se explorar todas as fontes à disposição, observar atentamente os fenômenos relevantes, entrar em discussão com os membros da comunidade científica que vêm se dedicando à temática e realizar um estudo exaustivo quanto às abordagens do tema.

O anular é aquele conhecimento ao qual chegamos, desde um particular ponto de vista, perspectiva ou interesse cultural, não compartilhado pelos demais (estudiosos da temática), que podemos associar a experiências vitais individuais ou coletivas. É um conhecimento singular ao qual somente poderão chegar os que tiveram aquela experiência. O conhecimento anular, como assinala a autora, tem uma habilidade especial para dar significado ao núcleo, porque aporta, a ele, elementos de originalidade, inovação, surpresa.

Nos arvoramos a adiantar que, na sistematização, esse anel é demasiadamente denso. A sistematização atribui ao conhecimento uma “cara” própria, o que poderá torná-lo sedutor às mulheres e homens que o produzem e a quem se dirige. Contudo há o lado avesso da questão: a proximidade que esse conhecimento poderá manter com a ficção e com a ideologia.

BIBLIOGRAFIA

BRUYNE, P., HERMAN, J., SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. 3.ed.

Rio de Janeiro: Francisco Alves, [s.d.].

CARONE, Iray. A questão dos paradigmas nas ciências humanas e o paradigma da estrutura das objetivações sociais de Agnes Heller. [Campinas, 1995].

FALKEMBACH, Elza Maria F. A história da formação para a sistematização no SPEP. Ijuí (RS), UNIJUÍ, 1996. [mimeo].

HELLER, Agnes. Sociologia de la vida cotidiana. Barcelona: Península, 1991a. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

_____. Historia y futuro: sobrevivirá la modernidad? Barcelona: Península, 1991b.

MEJÍA, Marco Raúl. Reconstruyendo la cultura escolar. Bogotá : CINEP, 1995. [mimeo]

PRADO, Adélia. Cacos para um vitral. São Paulo: Siciliano, 1991.

SANT'ANNA, Afonso R. A poesia possível. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Como sistematizar?

*Uma proposta em cinco tempos Para sistematizar experiências - Oscar Jara Holliday,
Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2006*

Chegando a este ponto, é necessário propor, da maneira mais precisa e concreta possível, um método de sistematização, uma proposta de como pensamos que se pode ou se deve sistematizar, que seja coerente com o já proposto nas páginas anteriores. Sabemos que a indagação “como sistematizar?” é, na realidade, a pergunta que mais interessa e inquieta a educadores e animadores em toda a América Latina. Porém, consideramos que não tinha sentido começar a enfrentá-la sem antes passar por toda a reflexão dos capítulos anteriores. Sabemos muito bem que muitas pessoas só estão buscando uma espécie de “receita” que lhes indique, de uma vez por todas, “a” maneira de pôr em prática um processo de sistematização, os passos já pré-definidos que se tem que seguir sem tanta complicação...; mas não há, lamentavelmente, uma maneira de sistematizar, nem há uma sequência exata de passos e procedimentos que, uma vez desenvolvidos, dêem por resultado magicamente uma sistematização..., e nem a sistematização, como nós a pensamos e propomos, é tarefa fácil e sem complicação.

Nesse ponto, queríamos nos atrever a compartilhar uma proposta metodológica surgida de nossa própria experiência e enriquecida com sugestões práticas e teóricas de várias amigas e amigos em todo o continente. Isto não quer dizer que não esteja ao alcance de muitos. Pensamos que qualquer educador ou educadora popular, dirigente intermediário ou de base, animador ou animadora institucional, pode sistematizar suas experiências. O fato de não ser simples, não quer dizer que seja propriedade de especialistas, ou que seja tão complicada que se tenha que dedicar-lhe toda uma vida (ou boa parte dela). Como disse Roberto Antillón: “Não temos que viver para sistematizar e sim sistematizar para viver”.

Particularmente minhas companheiras e companheiros da rede ALFORJA no México e na América Central, e do Taller de Sistematización CEAAL-Peru. Quero assinalar, explicitamente, que esse trabalho não busca ser um “receituário”, mas sim um instrumento utilizável, com algumas pautas indicativas. Se posto em prática possibilitará, sem dúvida, seu questionamento, modificação, enriquecimento e adaptação às condições particulares de cada um.

Trata-se de uma proposta em cinco tempos, que sugere um procedimento com uma ordem justificada, mas que não necessariamente deve seguir-se tal e qual, pois dependerá de muitos fatores que incidem na multiplicidade de experiências existentes. Esse instrumento deve ser utilizado mais como sugestão e inspiração, mesmo que por razões didáticas se apresente um pouco rígido. Por esse motivo, esse capítulo tem um complemento indispensável: “Exemplos de sistematização”, em que se oferece um leque muito variado de possibilidades, para servirem de

referência ao definir o procedimento e os instrumentos próprios de cada sistematização. Recordemos aquela formulação inicial³ onde apresentávamos nossa concepção de sistematização e dizíamos:

“...é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências, que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo”.

Por isso, nossa proposta de método, coerente com esta conceitualização, considera cinco tempos que todo processo de sistematização deveria ter. Cada tempo tem alguns momentos ou elementos constitutivos. Vejamos primeiro de forma geral:

A) O ponto de partida:

- a1. Ter participado da experiência.
- a2. Ter o registro das experiências.

B) As perguntas iniciais:

- b1. Para que queremos? (Definir o objetivo)
- b2. Que experiência(s) queremos sistematizar? (Delimitar o objeto a ser sistematizado)
- b3. Que aspectos centrais dessa experiência nos interessa sistematizar? (Definir um eixo de sistematização).

C) Recuperação do processo vivido:

- c1. Reconstruir a história.
- c2. Ordenar e classificar a informação.

D) A reflexão de fundo: Por que aconteceu o que aconteceu?

- d1. Analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.

E) Os pontos de chegada:

- e1. Formular conclusões.
- e2. Comunicar a aprendizagem.

COMO SISTEMATIZAR?

experiências em agroecologia

REFLEXÃO PROFUNDA

POR QUE ISSO ACONTECEU?



- ANALISAR
- SINTEZIZAR
- INTERPRETAR CRITICAMENTE O PROCESSO.

OS PONTOS DE CHEGADA

- FORMULAR CONCLUSÕES
- COMUNICAR A APRENDIZAGEM



LIÇÕES APRENDIDAS



QUE?

QUANDO?

ONDE? COMO?

PONTO de PARTIDA



TER PARTICIPADO DE UMA EXPERIÊNCIA, OU REUNIR PESSOAS QUE TENHAM PARTICIPADO.

TER O REGISTRO DAS EXPERIÊNCIAS OU REFAZÊ-LOS COLETIVAMENTE.



RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO

- RECONSTRUIR A HISTÓRIA



linha do tempo



memória coletiva

- ORDENAR E CLASSIFICAR A INFORMAÇÃO

PARA QUE SISTEMATIZAR?

definir o objeto

QUAIS EXPERIÊNCIAS QUEREMOS SISTEMATIZAR?

delimitar o objeto a ser sistematizado

QUE ASPECTOS CENTRAIS DESSA EXPERIÊNCIA NOS INTERESSA SISTEMATIZAR?

definir um eixo

PERGUNTAS INICIAIS



Plano de Sistematização

Existem muitas formas de construir o plano de sistematização. Durante as oficinas vamos trabalhar com três grandes momentos que irão compor nosso planejamento coletivo.

Definição coletiva dos:

- ✓ Eixo da sistematização (qual será o fio condutor)?
- ✓ Quais são os objetivos desta sistematização (porque estamos sistematizando esta experiência)?
- ✓ Quais as perguntas que o grupo quer fazer à sua própria experiência no processo de sistematização?
- ✓ Quem será a equipe de sistematização (Quantas pessoas? Como se organizarão?)

Qual será o papel dessa equipe/coletivo de sistematização?

- Mobilização e articulação
- Registro
- Redação do texto síntese
- Coordenação dos encontros de sistematização

Detalhamento da metodologia do PROCESSO de sistematização

Princípios metodológicos gerais (acordo de convivência e indicativo de que tipo de princípio orientará as ações)

TAREFAS	Nº de encontros/ definição de metodologia	PRAZO	RESPONSÁVEIS
Estabelecimento do Eixo ou foco			
Resgate da Experiência			
Interpretação crítica ou análise da experiência			
Aprovação do documento preliminar			
Redação do documento final da sistematização			

Anexo 1. Matriz de Sistematização das Experiências Educativas

- Os núcleos devem considerar PELO MENOS UM DOS TEMAS para a escrita das narrativas, tendo em vista os 9 temas gerais.
- Os temas gerais estão nas colunas e os temas transversais estão nas linhas. As questões orientadoras foram elaboradas a partir do cruzamento entre cada coluna e cada linha (Ex., 1.1., 1.2....);
- Priorizem os temas gerais que mais representam a experiência a ser sistematizada, ainda que seja necessário essa priorização, o texto pode apresentar as correlações existentes entre a prática do núcleo e os demais temas da matriz.
- As perguntas da MATRIZ não são questionários, mas perguntas geradoras que podem estimular os diálogos, reflexões e registros nos resumos.
- As questões ORIENTADORAS (não devem ser seguidas a risca). Outras questões podem ser formuladas relacionadas diretamente à algum tema ou à mais de um.

Temas Transversais	Temas Gerais								
	1. Processos educativos dos núcleos	2. Metodologias de participação	3. Equipes / Parcerias / Atores	4. Diversidades/ Etnicidades	5. Agrobio diversidade/ Bens Naturais	6. Gênero	7. Juventudes	8. Saúde	9. Políticas Públicas
1. Ações e Práticas	1.1	2.1	3.1	4.1	5.1	6.1	7.1	8.1	9.1
2. Princípios	1.2	2.2	3.2	4.2	5.2	6.2	7.2	8.2	9.2
3. Indissociabilidade e Inter/transdisciplinaridade	1.3	2.3	3.3	4.3	5.3	6.3	7.3	8.3	9.3
4. Território	1.4	2.4	3.4	4.4	5.4	6.4	7.4	8.4	9.4
5. Resultados/ Avaliações e Impactos	1.5	2.5	3.5	4.5	5.5	6.5	7.5	8.5	9.5
6. Comunicação	1.6	2.6	3.6	4.6	5.6	6.6	7.6	8.6	9.6
7. Cultura	1.7	2.7	3.7	4.7	5.7	6.7	7.7	8.7	9.7
8. Teorias	1.8	2.8	3.8	4.8	5.8	6.8	7.8	8.8	9.8

1. Processo educativo da experiência, ou núcleo (ou rede de núcleos)

- 1.1. Como as metodologias utilizadas contribuíram para o processo de aprendizagem individual e coletiva?
- 1.2. Por que o núcleo foi criado ou a experiência foi iniciada?
- 1.3. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão esteve presente em sua experiência ou núcleo? Como?

- 1.4. Qual é a concepção de território utilizada pelos protagonistas da experiência ou núcleo? Ela contribuiu para os aprendizados dos participantes?
- 1.5. Quais as relações existentes entre a experiência e os processos produtivos e organizativos (destaque: relações de cooperação e a geração de autonomia). Em que proporção essas relações ocorrem internamente na experiência apresentada?
- 1.6. A comunicação foi utilizada como uma estratégia de aprendizagem da experiência ou núcleo? Como e por quê?
- 1.7. Como a cultura local foi incorporada nos processos de aprendizagem no decorrer da experiência ou núcleo?
- 1.8. Quais são os marcos teóricos e os principais referenciais bibliográficos acionados para a formação pedagógica da experiência ou núcleo?

2. Metodologia(s) utilizada(s) pela experiência, ou núcleo (ou rede de núcleos).

- 2.1. Quais as áreas de atuação da experiência e ou núcleo, suas principais ações e práticas?
- 2.2. A experiência ou núcleo adota metodologias participativas? Se sim, como e por quê?
- 2.3. Como se dá a trans/interdisciplinaridade e indissociabilidade nas ações da experiência ou núcleo?
- 2.4. Qual/is o/s território/os de atuação da experiência, ou núcleo?
- 2.5. Como a experiência, ou núcleo registra e organiza as ações construídas e os resultados obtidos?
- 2.6. Quais as estratégias/métodos de comunicação interna e externa da experiência ou núcleo?
- 2.7. Como a experiência ou núcleo procura articular e ou visibilizar os aspectos culturais em suas atividades?
- 2.8. Quais as referências da literatura que apoiam as metodologias utilizadas pela experiência ou núcleo?

3. Parcerias/Atores

- 3.1. Quais os principais parceiros e ou atores da experiência ou núcleo? Por que foram escolhidos estes parceiros?
- 3.2. Quais princípios orientam as relações com os atores/parceiros da experiência (dialogicidade, autonomia, horizontalidade...)
- 3.3. Como os parceiros contribuíram para a trans/interdisciplinaridade e indissociabilidade? O trabalho é construído em rede?
- 3.4. Quais são as principais organizações e atores no(s) território(s) onde a experiência transcorreu ou onde o núcleo atua?
- 3.5. São feitas avaliações envolvendo os atores parceiros nos territórios? Se sim, como?
- 3.6. Quais as formas de comunicação com os parceiros e outros atores atuantes no(s) território(s)?
- 3.7. As parcerias construídas contribuíram para a reflexão sobre a relação entre agroecologia e cultura?
- 3.8. Quais os referenciais teóricos utilizados para apoiar as opções de trabalho em parceria?

4. Diversidades/Etnicidades

- 4.1. Considerando a diversidade de povos e comunidades, do campo e da cidade, quais são os principais povos e ou comunidades envolvidas com a experiência ou núcleo? O que as diferenciam?
- 4.2. O princípio da diversidade (documento referência I SNEA) fortaleceu os diversos grupos étnicos envolvidos na experiência? Como?
- 4.3. Como os princípios (I SNEA) da diversidade e da complexidade dialogaram e contribuíram para a busca da trans/interdisciplinaridade e indissociabilidade presentes nas ações da experiência ou núcleo?
- 4.4. Quais as percepções sobre as diversidades e etnicidades no/s território/s?
- 4.5. Como os autores avaliam a experiência ou atuação do núcleo em relação as diversidades e etnicidades?
- 4.6. Existem estratégias de comunicação direcionadas ao diálogo com as diferentes etnicidades? Quais são?
- 4.7. Aponte as diversidades culturais presentes nas atividades e como elas fortaleceram a identidades étnicas.
- 4.8. Quais os referenciais teóricos utilizados para apoiar as opções de trabalho com as diversidades e etnicidades?

5. (Agro)biodiversidade, solos, água e demais “Recursos” Naturais

- 5.1. Quais as ações desenvolvidas pela experiência ou núcleo tratam da (agro)biodiversidade, água e solo? Outros bens naturais estiveram presentes nas ações da experiência ou núcleo? Quais?
- 5.2. Quais os principais motivadores para trabalhar com estes temas?
- 5.3. Como se dá a trans/interdisciplinaridade e indissociabilidade no trabalho da agrobiodiversidade, água e solo e demais bens naturais?
- 5.4. Quais as percepções da biodiversidade, solo e água e demais bens naturais no(s) território(s)?
- 5.5. Quais os principais resultados/impactos de sua ação em relação a (agro)biodiversidade, solo e água e demais bens naturais?
- 5.6. Como os resultados das ações com esta temática foram divulgados/comunicados com os parceiros e público geral?
- 5.7. Quais as relações entre cultura e o manejo da agrobiodiversidade, solo e água e demais bens naturais foram identificadas?
- 5.8. Como os referenciais teóricos utilizados dialogam com o tema da agrobiodiversidade, solo, água e demais bens naturais?

6. Gênero

- 6.1. As ações desenvolvidas tratam da questão de gênero? Se sim, quais?
- 6.2. As ações fortaleceram o princípio adotado pelos movimentos agroecológicos de que “sem feminismos não há agroecologia”? Como?
- 6.3. As ações trans/interdisciplinaridade e de busca da indissociabilidade fortaleceram a equidade de gênero?
- 6.4. Como é percebida a questão de gênero no(s) território(s)?

- 6.5. Quais os principais resultados/impactos no que se refere as questões de gênero sua experiência alcançou?
- 6.6. Existem formas de comunicação direcionadas ao diálogo com as mulheres e sobre a questão de gênero? Quais são?
- 6.7. Quais os aspectos culturais enfraquecem ou fortalecem as relações de gênero entre os atores e parceiros de sua experiência? Por quê?
- 6.8. Como os referenciais teóricos do feminismo embasam as ações de gênero de sua experiência?

7. Juventude

- 7.1. Quais jovens estão envolvidos com a experiência ou núcleo? Como?
- 7.2. O núcleo trabalha com os princípios da autogestão e autonomia dos estudantes? Se sim, como as ações são desenvolvidas para assegurar tais princípios?
- 7.3. As ações com a juventude são realizadas de forma trans/interdisciplinaridade e procurando a indissociabilidade? Como?
- 7.4. Qual é a percepção da questão da juventude no(s) território(s)?
- 7.5. Quais os principais resultados/impactos alcançados com a juventude? De que forma?
- 7.6. Existem estratégias de comunicação direcionadas ao diálogo com a juventude? Quais são?
- 7.7. Quais os aspectos culturais enfraquecem ou fortalecem as relações com a juventude? Por quê?
- 7.9. Quais os referenciais teóricos utilizados para apoiar as opções de trabalho com a juventude?

8. Saúde

- 8.1. Quais as ações desenvolvidas tratam da questão da saúde?
- 8.2. Quais princípios orientam o trabalho sobre a saúde?
- 8.3. Como se dá a trans/interdisciplinaridade e indissociabilidade nas ações relacionadas à saúde?
- 8.4. Quais as percepções sobre saúde no(s) e dos território(s)?
- 8.5. A experiência ou núcleo contribuiu para melhorar a percepção entre a relação entre alimento saudável e saúde? Como?
- 8.6. Existem estratégias de comunicação direcionadas ao diálogo sobre saúde? Quais são?
- 8.7. Quais os aspectos culturais e ou mudanças culturais contribuíram para uma melhor ou pior saúde nos territórios? Por quê?
- 8.8. Quais os referenciais teóricos utilizados para apoiar as opções de trabalho com a saúde?

9. Políticas Públicas

- 9.1. Quais políticas públicas estão sendo acessadas e/ou estudadas/identificadas pela experiência ou núcleo?
- 9.2. Por quê a experiência tratou dessas políticas públicas?
- 9.3. Como se dá a trans/interdisciplinaridade e indissociabilidade nesta(s) temática(s)?
- 9.4. Quais políticas públicas incidem no(s) território(s) de sua atuação?

9.5. Quais os principais resultados/impactos das políticas públicas acessadas/identificadas/estudadas pela experiência ou núcleo? Quais as principais avaliações e ou demandas em relação a estas políticas?

9.6. Existem estratégias de comunicação direcionadas ao diálogo sobre as políticas públicas? Quais?

9.7. Quais políticas públicas fortaleceram ou enfraqueceram os laços culturais no território?

9.8. Como os referenciais teóricos dialogam com suas reflexões sobre as políticas públicas?

Onde encontrar materiais sobre sistematização de experiências?

A biblioteca virtual de sistematização de experiências do Programa Latino Americano de Apoio a Sistematização é uma iniciativa do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL). A CEAAL é membro do grupo integrado do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - CLACSO e a biblioteca tem como objetivo apoiar a difusão, cooperativa, de informações e experiências. Seu foco é reunir materiais sobre a sistematização de experiências: ou seja, processos em que os próprios protagonistas fazem interpretações críticas e produzem novos conhecimentos sobre suas práticas, contribuindo para a construção de contribuições teóricas e críticas orientada à perspectiva de transformação e mudança social.

Conheça a biblioteca acessando o link:

http://www.cepalforja.org/sistem/bvirtual/?page_id=1186

Página do Projeto de Sistematização:

<https://www.facebook.com/sistematizacaodeexperiencias/>

Vídeos do Projeto:

<https://www.facebook.com/sistematizacaodeexperiencias/videos>

Referências Bibliográficas:

- Antillón, Roberto: ¿Cómo entendemos la sistematización desde una Concepción metodológica Dialéctica? Documento para discusión. IMDEC ALFORJA, Guadalajara, 1991.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Educação Popular na Escola Cidadã. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Brasília, 2014.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Cultura do Povo e Educação Popular. In Cultura do Povo. Valle, Edênio; Queiroz, José. (Orgs). São Paulo: Cortez, 1988.
- BERDEGUÉ, Júlío A.; O CAMPO, Ada; ESCOBAR, Germán. Sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural: guía metodológica. 2. ed. Santiago, Chile: FIDAMERICA; PREVEL, 2002. Disponível em: . Acesso em: 27 jan. 2007.
- Bezerra, Aída; Brandão, Carlos Alberto (org.) A questão Política da Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Sistematizando: Juntando cacos, construindo vitrais. In: FUMAGALLI, D.; SANTOS, João M. P. dos; BASUALDO, Maria. E. (Orgs.). O que é sistematização? Uma pergunta e diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.
- FREIRE, Paulo. Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes. 1980.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- Hall, A., Rasheed Sulaiman, V., Clark, N., Yoganand, B., 2003. From measuring impact to learning institutional lessons: an innovation systems perspective on improving the management of international agricultural research. *Agric. Syst.* 78, 213–241.
- Holliday, Oscar Jara. Para sistematizar experiências / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p. ; 24 cm. (Série Monitoramento e Avaliação, 2)
- _____. A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis. Brasília: CONTAG, 2012
- HURTADO, C.N. Educar para transformar, transformar para educar. Petrópolis: Vozes, 1993.
- Ibáñez, Alfonso: La dialéctica en la sistematización de experiencias, Revista Tarea, Lima, setembro de 1991, p.33. 4
- Martinic, Sergio: Algunas categorías de análisis para a sistematização. CIDE-FLASCO, Santiago, janeiro de 1989.. 5Taller Permanente de Sistematización , CEAAL-Peru:Y cómo lo hace? Propuesta de método de sistematización. Lima, junho de 1992.
- Mejía, M A. Guía metodológica para la sistematización participativa de experiencias en agricultura sostenible/Programa para la Agricultura Sostenible en Laderas de América Central.
- PASOLAC, Mario Ardón Mejía. --1a. ed.-- San Salvador, El Salv. : Programa para la Agricultura Sostenible en Laderas de América Central, PASOLAC, 2000.
- PLANELLS, Antoni Verger I. Sistematización de experiencias em America Latina: uma proposta para el análisis y la recreación de la acción colectiva desde los movimientos sociales. Barcelona: Universita Autonoma, Dpto de Sociologia, 2002. 15 f.
- Steyaert, P., Barzman, M.S., Brives, H., Ollivier, G., Billaud, J.P., Hubert, B., 2007. The role of knowledge and research in facilitating social learning among stakeholders in natural resources management in the French Atlantic coastal wetlands. *Environ. Sci. Policy* 10 (6), 537–550.